

«Nova literatura em língua portuguesa»: de concanismos e crítica literária na obra do goês Filinto Cristo Dias

Daniela SPINA*

Resumo

O presente artigo tem o propósito de reconstruir a atividade de docente, linguista e crítico literário do padre goês Filinto Cristo Dias (1904-1986), autor de uma das primeiras histórias literárias de Goa, o *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* (1957-1963). Com base nalgumas reflexões à volta dessa história literária, sobre o seu carácter crítico e, simultaneamente, didascálico, será examinada a atividade intelectual do sacerdote goês, tanto de um ponto de vista documental, colocando as suas obras no contexto histórico da época em que viveu, quanto de um ponto de vista teórico, propondo a *pertença* como conceito-chave para a leitura da sua produção crítica.

Palavras-chave: Filinto Cristo Dias, história literária, *pertença*, português de Goa, concanismo

1. Introdução: o conceito de *história literária indo-portuguesa* e a ideia de *pertença* na obra de Filinto Cristo Dias

Se o ato de escrever uma história literária se configura, já a partir do século XIX, como gesto de legitimação e consagração de uma literatura e se, como afirmava o crítico alemão Hans Robert Jauss [1994 (1970)], este ato representava o apogeu na carreira de qualquer filólogo, o *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* (1957-1963) do padre Filinto Cristo Dias pode ser considerado, então, o primeiro livro de história da literatura de Goa em português.¹ Essa função legitimadora

da história literária decorre já desde o seu surgimento enquanto epistemologia na Europa, em concomitância com a afirmação do constructo do Estado-nação, tendo essa disciplina vindo participar das celebrações do espírito nacional e tendo sido, por isso, questionada nos séculos seguintes pela sua falta de objetividade científica e pela sua marca especificamente *européia* e colonial (Cunha

2011; Mignolo 2002). Contudo, ainda hoje, muitas literaturas emergentes, como as que surgiram em contextos de dominação colonial, continuam a escolher o modelo historiográfico oitocentista (Hutcheon 2002), um modelo narrativo evidentemente marcado por uma forte determinação teleológica.

À luz disso, o *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* de Filinto Cristo Dias faz parte desse último exemplo, não pelo seu carácter emergente ou por ser «a primeira tentativa de estudo sistemático da literatura indo-portuguesa», como escreviam Vimala Devi e Manuel de Seabra em *A literatura indo-portuguesa* (Devi & Seabra 1971: 249), mas por carregar no título o peso da expressão *história da literatura*. Apesar de essa afirmação poder parecer óbvia, o que realmente se quer dizer é que a presença da palavra *história* remete não apenas para o interesse do autor em narrar o processo de formação de uma literatura indo-portuguesa – bem como a incidência que esta teve na formação cultural dos goeses –, mas também para a sua vontade de colocar o livro num âmbito científico específico.

* Universidade de Lisboa || ✉ spinadaniela1@gmail.com

1 Este trabalho enquadra-se no projeto de doutoramento da autora sobre a história literária indo-portuguesa, desenvolvido no CEC – Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa e patrocinado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

De facto, o que o distingue dos seus predecessores Jacinto Caetano Barreto Miranda e Vicente de Bragança Cunha, que, de acordo com Devi e Seabra, seriam os pioneiros dessa tarefa sistematizadora (Devi & Seabra 1971: 248-249), é a sua pretensão de escrever uma história da literatura com base em modelos europeus, com periodização e indicação de datas de origem, organização em géneros literários e observância de critérios de inclusão.

A consciência de estar a escrever a primeira história literária de Goa sobressai já a partir das primeiras páginas do *Esboço*, como se pode notar na sua definição do «Conceito da História da Literatura indo-portuguesa», transcrita a seguir:

Ora o registo e o estudo de todas estas criações pertencem à História da Literatura Indo-Portuguesa, que poderá ser definida como *resenha e crítica de todas as obras, em prosa e verso, escritas pelos goeses que se serviram de português para a expressão das suas ideias e sentimentos.* (Dias 1963: 3 – itálico do autor)

Observamos, na parte não destacada em itálico pelo autor, a frase “Ora o registo e o estudo de todas estas criações pertence à História da Literatura indo-portuguesa”. Essa frase pode ser um princípio de argumentação em prol de uma ideia de *pertença* que se encontraria na base da obra de Filinto Cristo Dias, tanto no que concerne à afiliação do livro a um determinado campo científico, o da história literária, quanto no que diz respeito à relação que os escritores estabelecem com o que é entendido como literatura indo-portuguesa e, sobretudo, com a própria língua portuguesa enquanto língua goesa.

Rosa Maria Perez (2012) havia chamado a atenção, ainda que de forma indicativa, para o facto de que, apesar de Dias ter sido professor de língua e literatura portuguesa num dos mais importantes seminários de Goa – o Seminário de Nossa Senhora em Saligão –, «o que sugere que o autor estaria estreitamente ligado ao regime colonial» (Perez 2012: 47), é rastreável no *Esboço* um sentimento “de territorialidade e de pertença a uma terra ‘nacional’” (*op. cit.* 48) não identificável com o Ultramar português, mas sim com a nação indiana. A antropóloga exalta, dessa forma, o entusiasmo do padre em escrever sobre a própria literatura local. A historiadora Sandra Lobo, na sua teorização do conceito de cultura literária aplicado ao caso de Goa, afirma que “o Padre Dias apontava uma ideia de cultura literária, construída na confluência do impacto nos escritores indo-portugueses do meio ambiente cultural local e das influências externas” (Lobo 2016: 48). Daí que se reflita no livro a assunção de uma cultura local indiana de língua portuguesa. Fator que se delinea, adiciono eu,

também noutras suas escritas publicadas na parte final da sua carreira, onde, contrariamente ao que tinha defendido até à década de 60, lamentava a não sucedida normatização de um português de Goa – a par dos crioulos africanos de base portuguesa –, facto que poderia ter garantido a sobrevivência dessa língua em território indiano.

Os esforços do autor em compor uma história literária goesa deram como resultado um livro edificado com intuítos de ordem pedagógica, mas também uma obra que é produto de uma consciente linha analítica de que decorrerá a dimensão crítica que se pretende que ela tenha. Apesar disso, Vimala Devi e Manuel de Seabra julgam que Filinto é um personagem descritível mais como historiador literário do que como crítico, sugerindo que não há nenhum elemento no *Esboço* que possa ser agenciado enquanto elemento de crítica literária (Devi & Seabra 1971: 249), embora o incluam na secção dedicada a esse género – e embora a pertença a um género não deva excluir, categoricamente, a pertença a outro. Isso diz-nos muito acerca do entendimento do nível crítico que era esperável de um intelectual formado num contexto periférico e que nunca viajou para a metrópole e, também, sobre o próprio entendimento *fixo* da tarefa do historiador literário, sentida como algo que não exigiria qualquer sensibilidade estética e capacidade analítica. A do crítico literário, pelo contrário, aos olhos de Devi e Seabra (1971), era uma tarefa que ninguém teria sido capaz de levar a cabo em Goa. Será realmente assim? Pode Filinto Cristo Dias ser incluído nesse quadro dececionante? Ou pode representar uma exceção?

Sabemos pelo *Dicionário de literatura goesa (A-Z)* de Aleixo Manuel da Costa (2013) que Manuel Filinto Cristo Dias nasceu em 1904 em Chinchinim (região de Salcete, no Estado de Goa), se formou no Seminário de Rachol, onde ensinou português a partir de 1922, e terminou a sua carreira didática em Saligão, onde ensinou literatura durante muitos anos (Costa 2013: 33-34). A sua produção escrita conta com muitos ensaios que se debruçam sobre questões linguísticas e de enfoque literário, amiúde relacionados com o saber falar e escrever bem o português. De maneira particular, no centro dos interesses do padre estava presente a limpeza da língua portuguesa de qualquer traço de *concanismo*, ou seja, de possíveis interferências que a língua local, o concani, pudesse exercer no português de Goa, sobretudo no registo escrito, dado que a contaminação decorrente dessas interferências poderia ser um fator que impedisse o desenvolvimento de uma linguagem culta e, portanto, de uma literatura associada a esta. Como veremos mais à frente, a promoção que ele fez da língua portuguesa, manifestada sobretudo depois de 1961 pela colaboração em revistas que surgiram

com o propósito de defender o legado cultural português, devia-se, principalmente, a uma necessidade de afirmar a existência de uma literatura culta de língua portuguesa em Goa. A republicação do *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*, em 1963, é feita com esse intuito, sendo nele marcante a compreensão do mundo literário goês através da relação unívoca entre língua e literatura, associada esta à expressão estética de uma específica identidade cultural: a indo-portuguesa.

Nesse sentido, a ideia de história literária contida nesse livro provém da herança romântica oitocentista, seguindo uma narração cronológica pautada por um sentido teleológico que leva à afirmação de uma única verdade: a irrenunciabilidade do legado português para a sobrevivência de uma comunidade intelectual em Goa. De facto, voltando a citar Rosa Maria Perez, a censura exercida pelo regime colonial sobre qualquer manifestação escrita ou oral em concani teve consequências nefastas também no desenvolvimento de uma verdadeira tradição literária em português (Perez 2012: 2004). Por esse motivo, muitas das escritas do padre vieram à luz com a intenção de comprovar a existência de um meio literário goês.

O *Esboço* não foi publicado integralmente antes de 1963, ano em que foi editado pela Tipografia Rangel. Porém, foi fragmentado em vários números do *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*² entre 1957 e 1963, boletim no qual o padre participava também como membro da comissão editorial. Contudo, a estrutura da edição final faz conjecturar que o livro tenha sido trabalhado e concebido como um todo já desde a publicação da primeira «Nota Preambular», no *Boletim* n.º 6 de 1957, a qual pasará a ser chamada, sucessivamente na edição unificada de 1963, «Advertência Preambular». Esta apresenta-se como a única parte alterada do livro, devido, muito provavelmente, às mudanças políticas acontecidas em Goa depois de 1961, quando Portugal perdeu o controlo sobre a sua “Roma de Oriente” e se deu início ao processo de erradicação da língua portuguesa em Goa; um processo que foi gradual, mas, ao mesmo tempo, veemente. Dessa forma, a comparação das duas notas introdutivas pode levar-nos a depreender que seria preciso atribuir dois significados distintos aos momentos que caracterizam a *história* dessa história literária: um significado relativo ao seu processo de escrita e outro à decisão posterior de publicá-la na íntegra.

Na opinião de Hélder Garmes, ainda que não haja fontes que a provem, o *Esboço* seria “muito provavelmente produzido sob a motivação do colonialismo salazarista”

(Garmes 2016: 137). Se bem que a conformação da obra possa remeter facilmente para essa hipótese, acredito que um estudo mais aprofundado, traçando uma espécie de genealogia dessa obra, poderia demonstrar que a campanha de Filinto Cristo Dias em prol do português e da literatura indo-portuguesa não seria imputável à sua posição ideologicamente próxima do regime colonial. Porém, como já foi exposto, seria atribuível à sua tomada de consciência de que aniquilar a língua portuguesa, em todas as suas expressões, significaria declarar a morte de qualquer manifestação de tipo literário em Goa. Portanto, o que se pretende sublinhar no presente artigo é que a ligação entre Filinto e o património de língua portuguesa terá sido mantida pela sua vontade de afirmar e defender uma cultura literária local e autónoma.

Para apurar isso, depois desta extensa introdução, será tido em análise, enquanto hipotética fase de elaboração do *Esboço*, o período compreendido entre 1954 e 1958, quando Filinto Cristo Dias dinamizava a «Secção literária» do periódico *Diário de Goa*, sendo a segunda parte do presente artigo dedicada à sua produção pós-1961, mais focada na linguística e na filologia. Além desse objetivo, gostaria de propor uma leitura da obra a contrapor à opinião de Devi e Seabra (1971), segundo a qual a obra do padre não pode ser considerada como crítica literária. Pelo contrário, sendo a crítica literária uma área de estudo imprescindível para o sustentamento de qualquer sistema literário, julgo que a atividade de crítico de Filinto está estritamente relacionada com o seu projeto de escrever uma história literária e determinar um estatuto de autonomia para a literatura de Goa.

2. A experiência no *Diário de Goa* (1954-1958) e a crítica literária no *Esboço* (1957-1963)

Ao longo da década de 50, Filinto Cristo Dias colaborou com diferentes periódicos goeses, como *A Vida*, *O Herald* e o *Diário de Goa*, entre outros. Mas foi precisamente neste último que teve mais espaço para debater sobre problemas linguísticos e para principiar uma tímida crítica literária. Vimala & Seabra (1971) referem que o padre dirigia a página do *Diário de Goa* intitulada «Letras e língua». Na verdade, «Letras e língua» indicava o nome de apenas uma rubrica de uma maior «Secção literária», a qual chegou a ocupar até três páginas nos seus últimos dois anos de publicação – 1957 e 1958. A primeira «Secção» está datada de maio de 1954, sendo que a rubrica começou a ser publicada só a partir do dia 4 de setembro do mesmo ano,

2 O *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa* era uma publicação mensal ligada ao Seminário de Rachol que foi editada, sempre pela Tipografia Rangel, entre 1942 e 1969, podendo ser considerada a continuação da publicação semanal *A voz de S. Francisco Xavier* (1931-1942).

terminando no dia 9 de maio de 1958. Com uma epígrafe de Oscar Wilde – “A literatura sempre antecipa a vida. Ela não a copia, mas molda-a para o seu fim” –, a «Secção literária» estreava com a seguinte premissa:

Se nos tempos que lá se foram, um periódico a fim de se manter atraente, bastava que se contentasse com oferecer aos seus leitores notícia do que se passasse pelo mundo ou com sustentar de quando em quando debates violentos de carácter político, a incondicionada curiosidade intelectual do leitor dos nossos dias reclama que o jornal abraça, ao menos pela rama, todos os domínios do saber humano.

Em obediência, portanto, à concepção hodierna da Imprensa, importa que uma gazeta que não deseje condenar-se a uma existência fugaz como a das rosas do poeta Malherbe, se ocupe também *ex professo* embora de espaço a espaço, da Cultura Literária já dando aos leitores o ensejo de apreciar a beleza dos trechos selectos dos escritores portugueses, já agitando uma que outra vez, problemas literários, já discutindo questões de linguagem, já em fim registando nas suas colunas os grandes eventos que se dão no mundo das letras. (Dias 1954a: 3)

Os “problemas literários” referiam-se, principalmente, às críticas procedentes do estrangeiro sobre o facto de Goa não ser um lugar de letras. A «Secção literária» incluía textos de escritores goeses e portugueses que pudessem ter algum elo com o que era debatido na rubrica «Letras e língua». Na maioria das vezes, tratava-se de transcrições de poesias, contos ou trechos de romances, cujos autores eram introduzidos por Frei Manuel de Cristo, pseudónimo do padre, e cujas significações envolviam com frequência, mas não como preceito, conteúdos religiosos ou moralizadores. Além disso, havia sempre um poema presente; às vezes mais do que um, às vezes sem nenhum tipo de relação com a rubrica, que terminava sempre com um pequeno espaço para a correspondência de leitores com dúvidas linguísticas. A essa parte dedicada às “questões de linguagem” chamou-se nos primeiros dois números «Fale Português!», chamando-se posteriormente «Concanismos» e passando, por fim, a ser englobada na rubrica «Letras e língua».

Sustento que o que é problematizado à volta da literatura na «Secção literária» pode ser considerado o embrião do *Esboço* e reforçar a ideia de *pertença* que foi questionada antes. Suponho, ainda, que a publicação do *Esboço* constitui uma espécie de resposta a várias problemáticas levantadas pela prévia experiência no *Diário de Goa*, as que Filinto chamava de “problemas literários”, sobretudo

do no que diz respeito ao desinteresse dos goeses pelas letras e da ignorância do público estrangeiro em relação à literatura produzida em Goa. É, de facto, surpreendente encontrar, num mesmo artigo, o tom reprobatório, e por vezes paternalista, do padre para com os seus conterrâneos, alternado com um tom entusiasmado quanto às novidades editoriais que se iam publicando, tecendo vivazes argumentações em defesa da literatura da sua terra. É certo que o posicionamento do autor perante o seu objeto de estudo demonstra uma desmesurada admiração pela literatura, a qual adquire, tanto nos artigos quanto no *Esboço*, um valor didascálico e humano, quase familiar, às vezes ultrapassado por uma caracterização monumental da literatura, vista como algo que prescinde de qualquer convenção científica ou social, como transparece nos artigos «A leitura dos clássicos» (Dias 1954c: 3) e «As Letras superiores às Ciências?» (Dias 1956: 3).

Noutros lugares, a ligação que pode ser feita entre a «Secção Literária» e o *Esboço*, bem como entre outros artigos publicados também no *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, é mais evidente, sendo que estes podem ser reencontrados, coligidos e acrescentados numa ou outra publicação. É o caso, por exemplo, de dois artigos publicados em 1956: «Jacob e Dulce, novela regional» (Dias 1956a), que constituirá o último parágrafo do *Esboço* (Dias 1963: 99), e «O padre nos romances dos vossos dias» (1956c: 416-420), publicado com o título «O sacerdote, personagem em romances contemporâneos» no já referido *Boletim*. Este último apresenta-se com um excerto a mais em relação ao original, dedicado às figuras do padre Dantas do romance *Jacob e Dulce: scenas de vida indiana* de Francisco João da Costa (1896) e de frei Francisco do romance *Os Brâmanes* de Francisco Luís Gomes (1866). Mais, em geral, podemos notar que as últimas 22 páginas do *Esboço* (Dias 1963) – publicadas tanto no *Boletim*, quanto na edição unificada – são versões ampliadas de diferentes artigos da «Secção literária». Refiro-me, com isso, aos capítulos sobre o jornalismo e sobre o ensaísmo – sobretudo no que concerne às introduções conceituais –, e ao último capítulo sobre o filólogo orientalista Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, cujo original seria um artigo publicado num número da «Secção literária» inteiramente dedicada à figura do religioso, aquando do centenário do seu nascimento (Dias 1955: 3-4).

Juntos, esses artigos são representativos do estilo de trabalho que Filinto Cristo Dias ia maturando ao longo dos quatro anos de colaboração no jornal e que adotará no *Esboço*. A crítica literária é pensada enquanto estratégia para comprovar a existência de um meio literário em Goa e para prestar deferência aos seus representantes. Ao mesmo tempo, apresenta-se como oportunidade de

autoafirmação, para o padre, na qualidade de crítico literário e cultor da literatura em língua portuguesa, através de uma operação autoinclusiva neste mesmo “mundo das letras” (Dias 1954a: 3).

Em relação à desmitificação de que os goeses não tinham nenhuma aptidão para as letras, na primeira «Nota Preambular» do primeiro *Esboço* (i.e. Dias 1957), alterada a seguir, o novo historiador literário escrevia, com a intenção de suplantar tal crença:

Hoje que, mercê de circunstâncias especiais em que nos achamos, uma onda universal de simpatia e curiosidade envolve o nosso país; quando jornalistas e escritores de renome demandam a nossa terra e procuram, com possível objectividade e espírito compreensivo, estudá-la nos seus costumes, na sua cultura, nas suas paisagens, nos seus monumentos; quando poderosas rotativas dos grandes jornais de Europa e de América espalham com frequência, notícias respeitantes a Goa, não será nada intempestivo que poiseamos por uns momentos a nossa atenção sobre um dos aspectos mais relevantes da nossa história, ou seja, sobre a evolução literária do nosso país desde que se implantou entre nós, a civilização latina. (Dias 1957: 233)

A mesma preocupação com a receção estrangeira que achamos nessas primeiras linhas do *Esboço* de Dias (1957) é intuível também em quase todos os artigos do padre publicados no *Diário de Goa*, como um fio condutor que liga todos os assuntos tratados na «Secção literária». Por exemplo, no artigo «As letras em Goa» (Dias 1954b: 3-4), mencionando um desconhecido escritor metropolitano que exprimia a sua tristeza pela exígua participação dos goeses no campo literário, o crítico não duvida em partilhar esta opinião, fazendo, contudo, um devido esclarecimento sobre o facto, explicando que tal observação podia ser aplicada apenas ao estado atual. Ele escreve:

Consola, todavia, verificar que nem sempre o goês, integrado na cultura portuguesa, fez pouco do idioma.

De posse de uma sólida formação humanística e lidando com quasi toda a literatura portuguesa e sobretudo com a clássica, os nossos escritores de antanho manejavam a língua de Vieira com tal domínio, apesar de não a terem aprendido desde a infância, que causavam espanto nos próprios meios cultos da metrópole.

De Julio Gonçalves, insigne professor e escritor do século passado, se lê que usava com tal pureza a língua

que em Portugal era tido por esse facto como um reinol e não como um puro goês.

E quantos outros como ele souberam dominar a língua que aliás não chegaram a beber com o leite materno! (Dias 1954b: 3-4)

O interesse do trecho citado do artigo «As Letras em Goa» consiste no facto de que o padre recorre à literatura dos séculos anteriores para desarticular a opinião do escritor metropolitano, o qual, com alguma probabilidade, poderia ser identificado com Manuel Ferreira, que viveu em Goa entre 1948 e 1954 e que, em 1959, publicou um artigo intitulado «A cultura em Goa e a literatura de expressão portuguesa», em que pintava um quadro catastrófico das letras em Goa, nem sempre exato e, aliás, provido de muitos erros.³

Esse trecho é, também, um pretexto para falarmos de períodos e géneros na história literária compilada por Filinto. Com efeito, na periodização do *Esboço* é a literatura do passado que triunfa. O século XIX, que abre o segundo período, é tido como “princípio de rica sementeira espiritual para a Índia Portuguesa” (Dias 1963: 7), sendo esta a fase em que se assistiu ao princípio da “actividade propriamente literária” (Dias 1963: 7), graças à publicação de almanaques e de diversos periódicos literários que, na opinião de Filinto Cristo Dias, contribuíram para o aperfeiçoamento do sentido estético do goês (Dias 1963: 9). Mas é só no terceiro período, “a idade de ouro da literatura indo-portuguesa” (Dias 1963: 29), com a fundação do Instituto Vasco da Gama (1871), que se completa, no fim de conta, o “talento maleável” do goês (Dias 1963: 22), pronto para produzir uma literatura autenticamente própria: “nova literatura em língua portuguesa”. Olhando para a periodização, podemos dar-nos conta de que é, de facto, a partir do terceiro período que o crítico começa a dividir a história em géneros literários, demonstrando o grau de consciência com que os autores aderiam a um género em vez de outro e, às vezes, justificando tais escolhas com algum tipo de compromisso moral ou com alguma determinação etogénica.

Entre os géneros literários, o grande ausente é o romance. Contudo, no penúltimo número da «Secção literária» do dia 9 de fevereiro de 1958, Frei Manuel de Cristo escreve um artigo intitulado «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa» (Dias 1958: 3), onde, a propósito de um prémio literário instituído pela Agência Geral do Ultramar – provavelmente tratava-se do Concurso de Literatura Ultramarina –, referia que um jornalista da

3 Os erros referem-se à menção equivocada de nomes de autores, datas de publicação das obras e outros tipos de informações ambíguas relacionadas com o contexto de produção. Para a referência exata, veja-se Ferreira (1959) na lista final de referências.

metrópole estranhou a falta de propostas concernentes ao Oriente e, sobretudo, procedentes da Índia, tirando conclusões sobre a inferioridade dos goeses no campo da novelística e, num âmbito mais alargado, das letras. Embora na primeira parte do artigo a vontade do padre fosse a de convir na opinião do jornalista metropolitano, o seu comentário muda repentinamente de rumo, denunciando, inesperadamente, as desvantagens de escrever numa língua que foi imposta aos goeses e indicando as vantagens para os escritores de se expressarem na própria língua materna. Vale a pena transcrever os parágrafos em questão:

Para se criar uma obra de arte como é a novela, o conto, o drama, requer-se da parte do autor uma notável dose de imaginação criadora, capacidade emotiva, ou seja, sensibilidade e o senso estético, dum lado; e doutro, um estilo próprio servido por uma opulência vocabular e fraseológica.

E o goês possui o que se chama temperamento artístico, não é feliz todavia na forma em que não tendo podido assenhorear-se da língua, principalmente se sempre viveu nesta terra cujo idioma é diferente de português, não se acha capaz de desenvolver um conflito íntimo com a riqueza e simplicidade com que o faria um escritor da metrópole, que bebeu a língua com o leite materno.

Nós pertencemos àquela classe de “povos” que, no dizer do prof. Rodrigues Lapa «na sua obra *A política do idioma e as Universidades*, têm uma alma dilacerada e confusa: são aqueles que, pelos acasos da história, da história feita pelos grandes homens, são obrigados a falar duas línguas: uma, a verdadeira que se mamou dos seios maternos, a outra, que é imposta oficialmente pelo conquistador.»

Se uma obra de arte que se imponha pelo seu real valor, não sai da pena do goês, é porque ela não pode ser elaborada sómente, com o auxílio da gramática e do dicionário dessa língua, uma tal obra deve sair espontânea da alma e só podemos exprimir-nos espontaneamente no idioma que as nossas mães nos ensinaram. (Dias 1958: 3)

O paralelo figurativo entre a língua portuguesa e o leite materno, que já encontrámos anteriormente, é uma reprodução recorrente em muitos artigos do *Diário de Goa*, bem como em muitas páginas do *Esboço*, sendo em-

pregado tanto com propósitos absolutórios, como no caso das imperfeições “da técnica do verso pauliniano” (Dias 1963: 47-48) perdoadas ao poeta Paulino Dias, quanto com propósitos elogiadores, como no seu encómio ao estilo narrativo de Francisco Luís Gomes (Dias 1963: 10-16), já nomeado neste artigo. Mas o uso da citação de Rodrigues Lapa é o que causa estranheza, sobretudo por ser uma aberta tomada de posição do padre em relação à presença portuguesa em Goa. Pela primeira vez, em toda a sua ensaística, o padre expressa uma opinião tão ousada sobre a condição subalterna do goês, reconhecendo-lhe “uma alma dilacerada e confusa”. Embora as palavras não sejam suas, a simples partilha delas permite-nos aceder a outro nível de entendimento da sua ação formadora. Uma vez que o romance não é passível de ser considerado um género literário goês, Filinto não o inclui como capítulo na sua história literária⁴ e o excerto do artigo que examinei demonstra a prévia especulação crítica que talvez o tenha levado a essa exclusão. Dois romances do século XIX, como *Os Brahamanes* de Francisco Luís Gomes (1866) e *Jacob e Dulce* (1896) de Francisco João da Costa, não encarnam aquilo que o romance representou na Europa na mesma época e que foi consagrado pela própria história literária – o espírito da nação, o *volksgeist* alemão, por exemplo. Pelo contrário, pintam a sociedade indo-portuguesa como uma sociedade complexa. Em *Os Brahamanes*, ainda que a ação não decorra na Índia Portuguesa, o autor exalta o lado problemático da sociedade castista, enquanto em *Jacob e Dulce* são retratados, de maneira caricatural, os hábitos europeus que as personagens goesas querem, a todo custo, assumir como próprios, das normas do bom costume social à maneira de falar *forçosamente portuguesa*,⁵ a ponto de Filinto se ter servido de muitos diálogos desse romance para ilustrar, na «Secção literária», alguns exemplos dos *vícios* do português de Goa. Não querendo entrar nos pormenores dessas obras, limito-me a notar que esses dois romances são mencionados na história literária de Filinto Cristo Dias, mas não constituem um capítulo identificado com o seu género literário, contrariamente ao que acontece com a poesia, à qual o padre dedica a maior parte das páginas da sua obra. Dedicar ao romance um capítulo distinto – como farão posteriormente Devi & Seabra (1971), por exemplo – significaria confrontar problemáticas originadas por esse estado de ânimo “dilacerado e confuso”, devendo o padre adotar uma abordagem que não seria expetável numa história li-

4 No *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* não há nenhum capítulo dedicado exclusivamente a esse género, exceção feita pela descrição de *Os Brahamanes*, no capítulo dedicado à figura do seu autor, e a um pequeno trecho sobre *Jacob e Dulce*, na última página do livro.

5 Para um aprofundamento do contexto cultural retratado nesse romance e uma leitura das operações miméticas perpetuadas pelas suas personagens, veja-se o ensaio de Everton V. Machado «Os paclé (portugueses) em narrativas goesas de língua portuguesa ou o ‘mimetismo regrado’» (cf. Machado 2017).

terária – uma abordagem questionadora e realistamente trágica –, sobretudo quando esta tem o propósito de dar a conhecer ao mundo uma literatura quase desaparecida.

Voltando à opinião de Devi & Seabra (1971) sobre a figura de Filinto Cristo Dias, ou seja, sobre o facto de parecer mais um historiador da literatura do que um crítico literário, julgo que o que é escrito no artigo sobre o romance em Goa demonstra exatamente o contrário, tendo o padre disposto de ferramentas analíticas e críticas que lhe permitiram avaliar tanto os problemas *técnicos* relacionados com os géneros literários, quanto os problemas que respeitam à condição identitária do goês. De certa forma, o que no *Esboço* (Dias 1963) é definido enquanto “talento maleável do goês” remete-nos diretamente para a questão da *pertença* proposta por Perez (2012). Nessa obra de história literária, a *pertença* não nos informa sobre o que é apropriado ou inapropriado definir como literatura indo-portuguesa – direção que tomou o debate sobre a literatura de Goa na última década (Passos 2012; Castro & Garmes 2014) –, mas sim sobre a maneira com que os escritores daquela comunidade constroem a própria relação com o espaço literário de língua portuguesa. Talvez essa obra devesse ser definida, também ela, como texto *maleável*, ou, mais simplesmente, deveria ser assumido que também numa história literária que se apresenta enquanto “resenha” (Dias 1963: 3) é possível encontrar espaço para o estudo crítico, de acordo com a frase do padre que citei no início: “Ora o registo e o estudo de todas estas criações pertence à História da Literatura indo-portuguesa” (Dias 1963: 3).

3. O esforço de preservar a língua portuguesa em Goa depois de 1961

Filinto Cristo Dias participou ativamente no que se pode definir como uma operação de salvamento da língua portuguesa em Goa, depois da anexação desta pela União Indiana. De facto, se bem que de forma residual, o português permaneceu vivo em Goa, enquanto língua não oficial até a década de 80, sendo que o seu processo de desmantelamento foi lento e progressivo. Ainda hoje, entre as gerações mais antigas da comunidade católica que foram educadas no virar de 1961, é possível encontrar falantes nativos de português; mas, no estatuto de língua institucional, o português foi substituído pelo concani, tendo sido rebaixado, também, o seu estatuto de língua literária, posto em lugar secundário em relação ao inglês e ao marata⁶ (Rao 1963, Machado 2015, Lobo 2016).

Depois de 1961, muitos dos periódicos preexistentes continuaram a ser publicados em português; posteriormente, passaram a ser editados em três línguas – português, concani e inglês – e, por fim, o português desapareceu das suas páginas. Outro fenómeno interessante foi o de algumas revistas de carácter literário e cultural que surgiram depois de 1961, justamente com a intenção de salvaguardar o património cultural de língua portuguesa. Nesse contexto, podem ser colocadas revistas como *A Harpa Goesa* (1968-1979), ligada ao Centro de Cultura Latina de Pangim (Goa), *O Globo* (1968-1971) e a *Revista da Academia de língua e cultura portuguesa* (1981-?), entre outras. Contudo, algumas dessas revistas tiveram vida breve ou, como era de esperar, passaram a integrar textos de língua inglesa, alterando, assim, os propósitos que tinham levado à sua fundação. Nessas revistas, a língua portuguesa é assumida enquanto verdadeiro *problema*, sendo o *problema da língua portuguesa e o futuro da língua portuguesa* as expressões a que se recorre mais nos títulos dos artigos, dos editoriais e da correspondência com os leitores. A dimensão do *problema* é dramatizada ao extremo, estando no centro, sobretudo, a questão do ensino nas escolas e o risco ligado ao facto de as gerações vindouras não saberem falar a língua dos seus pais. Nessas revistas, o português é, efetivamente, problematizado enquanto língua goesa.

Filinto participou nessas publicações com ensaios de interesse cultural e de carácter filológico. Mas foi no *Boletim do Instituto Menezes Bragança* que mais publicou depois de 1961. O *Boletim*, órgão do Instituto Menezes Bragança, começou a incluir, sempre depois de 1961, também textos em inglês, escritos por goeses ou por autores procedentes de outras partes da União Indiana. Nesse sentido, no *Boletim* n.º 143 (1984) saiu um resumo do *Esboço* em língua inglesa intitulado «A short history of Indo-Portuguese literature» e assinado pelo padre, mas do qual ignoro a paternidade da tradução. Além dessa edição inglesa, os textos que Filinto publicou no *Boletim do Instituto Menezes Bragança* foram quatro, incluindo o glossário *Vocabulos portugueses de origem concani* (1976), editado em forma de separata, e três artigos: «Menezes Bragança, jornalista de mão-cheia» (1977), «Acerca da arte de ensinar» (1979) e «A Índia cantada n'Os Lusíadas» (1980).

Os ensaios que escolhi examinar, para compreender se a posição de Filinto em relação à língua portuguesa mudou ou não depois do fim do colonialismo, são a já citada separata *Vocabulos portugueses de origem concani* (1976) e os artigos «Peculiaridades dialectais do português de

6 Sandra Lobo escreveu um interessante artigo que questiona, de um ponto de vista histórico, o desenvolvimento da cultura literária goesa à luz do seu plurilinguismo, relacionando esse assunto, também, com a escrita da história literária (cf. Lobo 2016).

Goa» (1981) e «Em prol da língua portuguesa» (1982), estes últimos publicados na *Revista da Academia de Língua e Cultura Portuguesa*. Os tópicos que se alternam nessa produção ensaística vão desde a presença de *concanismos* na língua portuguesa e o não aparecimento de um crioulo goês, à importância de preservar tanto a peculiaridade do português falado em Goa, quanto a sua própria existência, cada vez mais ameaçada pela preferência do inglês entre as camadas intelectuais. Trata-se de artigos de carácter técnico, etimológico e filológico, acompanhados por longas introduções teóricas que fazem referência ao contexto cultural goês.

Poderíamos enquadrar esses textos na tradição orientalista portuguesa, não definindo Filinto Cristo Dias enquanto *orientalist from within* (Said 2004), mas sublinhando o facto de a influência recíproca entre as línguas asiáticas e o português ter sido um assunto amplamente estudado, dentro e fora de Goa, no âmbito dos estudos orientais de marca portuguesa. Exemplo disso é o goês Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, sem nenhuma sombra de dúvida, uma grande fonte de inspiração profissional e humana para Filinto, que o homenageou em diferentes ocasiões. No próprio *Vocabulos portugueses de origem concani*, Filinto descreve o *Glossário luso-asiático* de Dalgado (1919) como a obra maior que se debruçou sobre as relações fonéticas e semânticas entre o português e diferentes línguas asiáticas, sentindo-se o autor do *Esboço* “guiado principalmente por *magnus opus* que é o mencionado *Glossário*” e definindo o seu trabalho como “uma espécie de mini-glossário luso-concani” (Dias 1976: 6).

As motivações que o levaram a compilar esse trabalho têm que ver com a defesa das línguas de Goa. Como já aconteceu no artigo de cunho literário «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa», Filinto reafirma que a língua dos goeses é o concani, ainda “que alguns porfiam em relegá-la à pobre condição de um dialecto” (Dias 1976: 6), razão pela qual ele dedica o ensaio “embora escrito em português” (*op. cit.* 6) à memória do escritor goês Vardé Valaulicar, defensor da língua concani. Em segundo lugar, Filinto agencia as motivações de escrita às questões etimológicas, sendo o seu trabalho uma espécie de resposta ao *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de Antenor Nascentes, no qual é atestado que as únicas três palavras reconduzíveis à língua concani que estariam presentes na língua portuguesa, “isto é, da que se fala em Portugal” (Nascentes *apud* Dias 1976: 7), seriam *carambola*, *jambolão* e *mordexim*. Discordando do que é sustentado pelo filólogo brasileiro, o padre constrói a defesa da sua tese com base no facto de que a língua que se fala em Goa ser digna de reconhecimento enquanto língua portuguesa. “E a que se fala nas antigas possessões é

também português inferior?” (Dias 1976: 7), escreve ele. Nesse sentido, o autor do *Esboço* está a legitimar tanto o concani quanto o português como línguas goesas. A prova disto consiste, justamente, na influência que as duas línguas exerceram uma sobre a outra, dando vida a um português peculiar, que antes de 1961 o próprio Filinto via com desconfiança e tinha criticado nos seus próprios escritos como inapropriado para o desenvolvimento de uma literatura culta.

Na sequência desse mesmo discurso, no artigo «Peculiaridades dialectais do português de Goa», aquilo que alguns anos antes era classificado como *vício*, tornava-se agora uma *peculiaridade*:

Achamos por conseguinte vantajoso expor aqui algumas formas dialectais que a língua portuguesa falada e mesmo escrita assumiu em Goa se bem que estas mesmas particularidades tivessem sido tachadas há muitos anos atrás, como barbarismos ou como vícios mais comuns da língua portuguesa em Goa. (Dias 1981: 33)

A mudança de opinião reflete-se, no artigo, também na definição que o padre proporciona do termo *concanismo*. Se compararmos com uma das muitas vezes em que o estudioso usa essa mesma palavra na «Secção literária» do *Diário de Goa* (1 de agosto de 1954: 3), podemos notar como um erro gerado por uma tradução literária – do concani para o português – se transforma numa particularidade linguística digna de ser estudada de um ponto de vista científico. Com efeito, o religioso classifica os traços linguísticos do português de Goa em três tipos: fonéticos, lexicais e fraseológicos. Também os excertos retirados do romance *Jacob e Dulce* de Francisco João da Costa, ao longo da «Secção literária», tinham sido empregados como exemplos do falar errado português, enquanto agora eram ilustrados como prova da existência e do uso literário de uma variedade goesa.

Por último, no artigo «Em prol da língua portuguesa», alinhado com essa estratégia defensiva para “salvaguardar a integridade do idioma português nesta terra” (Dias 1982: 13), Filinto Cristo Dias critica o uso desmesurado de termos ingleses pelos goeses – especialmente pelo jornalistas –, bem como de anglicismos e, mais em geral, estrangeirismos não normatizados que “se vão insinuando hoje no falar e ainda na escrita descuidada” (Dias 1982: 13). Depois de ter oferecido alguns exemplos de anglicismos e hibridismos, explicando a diferença que ocorre entre os dois e sublinhando a legitimidade de uso dos segundos, Filinto conclui:

Dado o predomínio da língua inglesa entre nós, não ad-

mira que vocábulos ingleses se infiltrem no português falado e ainda na escrita descuidada dos goeses de hoje.

O que, porém, se torna altamente estranhável é que os escritores reputados como paladinos do idioma lusitano, entre nós, caíam em adoptar termos ingleses, como se a língua portuguesa estivesse, hoje, a lutar com a pobreza do vocabulário. (Dias 1982: 16)

A infiltração de anglicismos, ainda que possa ser entendida como uma normal consequência da elevação da língua inglesa a língua veicular num plano global, é assumida por Filinto como ameaça de que o português viesse a ser suplantado por outra língua europeia. Apesar de poder ser considerada uma língua indiana, falada pelos *vizinhos indianos*, o inglês é tido como língua estrangeira que estaria na moda, mas que jamais poderia ser considerada como língua goesa. Esta última opinião será desmontada pelo próprio passar do tempo, dado que, hoje em dia, o inglês é falado por todos os goeses que receberam uma educação ao nível do ensino secundário a partir de 1962, sendo hoje, para todos os efeitos, considerado como uma língua goesa.

4. Conclusões

Este último assunto do estatuto da língua inglesa, que agora veio à tona, permite especular sobre o facto de entre as preocupações de Filinto Cristo Dias em relação à marginalização do português em Goa, se encontrar o medo de ver reduzida a própria autoridade científica e, por conseguinte, a possibilidade de ver extinguir-se o seu sonho de que Goa tivesse uma tradição literária própria em português.

Introduzi este artigo com uma alusão a Jauss (1994) e ao seu asserto de que escrever uma história literária representaria o sonho de qualquer filólogo. Com efeito, a figura do padre de Chinchinim foi consagrada graças ao *Esboço*, que continua a ser um ponto de referência entre os estudiosos de literatura indo-portuguesa – ainda que em medida menor se comparado com *A literatura indo-portuguesa* de Devi e Seabra (1971) –, tendo outros estudiosos publicado trabalhos inspirados nessa obra. Entre estes, encontramos o ensaio «Goan literature in Portuguese language» (1976) e a história literária temática *Oriente e Ocidente na literatura goesa* (2012), cujos autores, respectivamente Lourdino A. Rodrigues e Eufemiano de Jesús Miranda, foram alunos do padre, ao qual agradeciam nas suas introduções.

A defesa do português como língua dos goeses poderia ser vista com a lente da *pertença*, que poderia ser interpretada em termos românticos – *pertença* como *sentimento* –, em termos intelectuais – *pertença* entendida

como *afiliação* a uma determinada área de estudo – e, por fim, em termos políticos – *pertença* como reivindicação de uma cultura goesa em língua portuguesa local e autónoma.

Em relação à sua presumida proximidade à *intelligentsia* colonial, à sua posição sobre o concani e os *concanismos* e à sua mudança de atitude a partir do fim da década de 50, julgo que as teses de Garmes (2016) a este respeito, anteriormente mencionadas, têm alguma sustentação. É pouco provável que o *Esboço* tenha sido financiado ou publicado por iniciativa portuguesa, contudo pode ser encontrada uma significativa diferença entre a abordagem do padre antes e depois da queda do colonialismo. Em contextos de produção cultural sob regimes autoritários, é comum que se assista à conformação, por parte de intelectuais não politicamente engajados, a um tipo de escrita que agrade às camadas do poder. No caso de Filinto Cristo Dias, que era um funcionário do Estado da Índia Portuguesa, sendo professor, e da Igreja, sendo sacerdote, faz todo o sentido pensar que tenha aderido a um certo tipo de discurso para não ver barrado o caminho da sua atividade intelectual.

Este artigo não pretendia, de maneira alguma, resgatar a sua figura, mas sim debater a produção crítica, ambígua e contraditória, de um goês cuja dedicação consciente à língua portuguesa é, provavelmente, ímpar na sua terra. Este artigo apresenta-se, também, como uma contribuição para o estudo da história e da historiografia literária de Goa, um campo que, atualmente, está a ser objeto de animados debates científicos. Para que o estudo das histórias literárias do passado possa ser uma forma de compreender, e encontrar, novos moldes de reescrever uma nova história literária no presente, não *europeia*, não colonial.

Referências

- COSTA, Aleixo Manuel da (2013) *Dicionário de literatura goesa (A-Z)*. Goa: Broadway Publishing House.
- COSTA, Francisco João da [1974 (1896)] *Jacob e Dulce: scenas da vida indiana*. Panaji: Jeremias Xavier de Carvalho.
- CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (2011) *A(s) geografia(s) da literatura: do nacional ao global*. Guimarães: Opera Omnia.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo (1919) *Glossário Luso-asiático* (2 vols). Coimbra: Imprensa da Universidade, Academia das Ciências de Lisboa.
- DEVI, Vimala & Manuel de SEABRA (1971) *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta das Investigações do Ultramar.
- DIAS, Filinto Cristo (1984) «A short history of Indo-Portuguese literature». *Boletim do Instituto Menezes Bragança* 143: 13-22.
- DIAS, Filinto Cristo (1982) «Em prol da língua portuguesa». *Revista da Academia de Língua e Cultura Portuguesa* 2: 13-16.
- DIAS, Filinto Cristo (1981) «Peculiaridades dialectais do português

- de Goa». *Revista da Academia de língua e cultura portuguesa* 1: 33-39.
- DIAS, Filinto Cristo (1980) «A Índia cantada n'Os Lusíadas». *Boletim do Instituto Menezes Bragança* 125: 15-38.
- DIAS, Filinto Cristo (1979) «Acerca da arte de ensinar». *Boletim do Instituto Menezes Bragança* 123: 77-91.
- DIAS, Filinto Cristo (1977) «Meneses Bragança, jornalista de mão-cheia». Em *Boletim do Instituto Menezes Bragança* 116: XCI-V-C.
- DIAS, Filinto Cristo (1976) «Vocábulos portugueses de origem concani». Separata do *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, 1-24.
- DIAS, Filinto Cristo (1963) *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*. Bastorá: Tipografia Rangel.
- DIAS, Filinto Cristo (1958) «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa». *Diário de Goa*, 9 de fevereiro: 3.
- DIAS, Filinto Cristo (1957) «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, Série II, 16 (6): 233-238.
- DIAS, Filinto Cristo (1956a) «Jacob e Dulce, novela regional». *Diário de Goa*, 3 de junho de 1956: 2-3.
- DIAS, Filinto Cristo (1956b) «O padre nos romances dos nossos dias». *Diário de Goa*, 3 de junho de 1956: 2-3.
- DIAS, Filinto Cristo (1956c) «O sacerdote, personagem em romances contemporâneos». *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, junho 1956, Série II, Ano XIV, 12: 416-420.
- DIAS, Filinto Cristo (1956d) «As Letras superiores às Ciências?». *Diário de Goa*, 5 de agosto: 3.
- DIAS, Filinto Cristo (1955) «Centenário do Monsenhor Dalgado». *Diário de Goa*, 8 de maio de 1955: 3-4.
- DIAS, Filinto Cristo (1954a) «Secção literária I». *Diário de Goa*, 11 de maio de 1954: 3.
- DIAS, Filinto Cristo (1954b) «As letras em Goa». *Diário de Goa*, 30 de junho: 3-4.
- DIAS, Filinto Cristo (1954c) «A leitura dos clássicos». *Diário de Goa*, 1 de agosto: 3.
- FERREIRA, Manuel (1959) «A cultura em Goa e a literatura de expressão portuguesa». *Estudos Ultramarinos* 3: 151-159.
- GARMES, Hélder (2016) «A poesia nas histórias da literatura goesa de língua portuguesa». *Navegações* 9 (2): 136-143. <http://dx.doi.org/10.15448/1983-4276.2016.2.23843>
- GARMES, Hélder e Paul Melo e CASTRO (2014) «A história da literatura goesa de língua portuguesa. Uma questão de designação». Em *Estudos Comparados. Teoria, Crítica e Metodologia* ed. por Benjamin Abdala Junior, pp. 221-248. São Paulo: Ateliê Editorial.
- GOMES, Francisco Luís [1969 (1866)] *Os Brahamanes*. Panaji: Comissão do Centenário de Falecimento do Dr. F.L. Gomes.
- HUTCHEON, Linda (2002) «Rethinking the national model». Em *Rethinking the literary history: a dialogue on theory*, ed. por Linda Hutcheon e Mario J. Valdés, pp. 3-49. New York: Oxford University Press.
- JAUSS, Hans Robert [1994 (1970)] *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática.
- LOBO, Sandra Ataíde (2016) «Línguas, culturas literárias e culturas políticas na modernidade goesa». *Via Atlântica* 30, dezembro: 45-63.
- MACHADO, Everton V. (2017) «Os paclé (portugueses) em narrativas goesas de língua portuguesa ou o "mimetismo regrado"». In *Estudos sobre Macau e outros orientes*, org. por Mónica Simas, pp. 201-223. São Paulo: Paulistana Editora.
- MACHADO, Everton V. (2015) «Autopsie d'une littérature - Le portugais des écrivains goanais». Em *Goa, d'un genre à l'autre*, org. por Maria Graciete Besse e Ernestine Carreira, pp. 143-152. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence.
- MIGNOLO, Walter (2002) «Rethinking the colonial model». Em *Rethinking the literary history: a dialogue on theory*, ed. por Linda Hutcheon e Mario J. Valdés, pp.153-193. New York: Oxford University Press.
- MIRANDA, Eufemiano Jesús de (2012) *Oriente e Ocidente na literatura goesa: realidade, ficção, história e imaginação*. Saligão: Goa 1556.
- PASSOS, Joana (2012) *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX: Perspectivas pós-coloniais e revisão crítica*. Ribeirão: Editora Humus.
- PEREZ, Rosa Maria (2012) *O tulsí e a cruz. Antropologia e colonialismo em Goa*. Lisboa: Temas e debates.
- RAO, R.P. (1963) *Portuguese rule in Goa: 1510-1961*. Bombaim: Asia Publishing House.
- RODRIGUES, Lourdino A. (1976) «Goan literature in Portuguese language». Separata do *Boletim do Instituto Menezes Bragança*: 129-150.
- SAID, Edward. (2004) *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.